

A nova vaga no MpD

A forma como foi acumulando derrotas atrás de derrotas nos últimos dias, nomeadamente no processo de escolha do segundo vice-presidente da mesa da AN e do líder da bancada do MpD, não conseguindo muito menos impedir que os deputados do partido tomassem posse na segunda-feira, Agostinho Lopes é hoje um líder destruído. Uma nova vaga, integrada por Mário Silva, Jorge Santos, Humberto Cardoso e Ulisses Silva, domina neste momento o MpD, e apenas espera a Convenção para consagrar a sua posição.

Agostinho Lopes está a viver os seus últimos dias como líder do MpD. Na segunda-feira, durante a investidura da Assembleia Nacional, ele era a imagem do político destruído e abandonado. Sentado no fim da bancada destinada aos deputados ventoinhas, ele foi ultrapassado por um golpe palaciano que o colocou à margem dos meandros que acabaram por viabilizar a realização da cerimónia, contra a qual ele, Agostinho, batalhou.

Mário Silva e Ulisses Silva davam, claramente, as cartas por parte do MpD no processo de investidura parlamentar, enquanto nos corredores uma outra destacada figura ventoinha dizia que as coisas “vão compor-se pouco a pouco no MpD”. Um sinal de que Agostinho Lopes é já uma página virada da história desse partido.

ESPINGARDAS

No sábado e domingo, Agostinho Lopes tentou mobilizar a cúpula do partido para a luta, primeiro, contra o Supremo Tribunal de Justiça, e depois contra a comparência dos deputados do MpD na cerimónia de investidura marcada para o dia seguinte, segunda-feira. E em desespero de causa, Lopes ainda arriscou na véspera (domingo) uma última cartada escrevendo ao presidente da AN, Aristides Lima, rogando-lhe o adiamento do acto sob pretexto de que faltava ainda o STJ decidir acerca da impugnação das eleições em São Tomé e Príncipe, Angola e EUA.

“Nesta situação”, questionava o líder ventoinha, dando a entender o que estava a caminho, “será ou não legítimo que deputados entretanto eleitos se recusem a participar de um acto manifestamente ilegal?” A resposta teve-a no dia seguinte.

Também intramuros, tudo acabou por correr mal a Agostinho Lopes. Numa reunião dos deputados e Comissão Política do MpD que começou por volta das 18h30 desse mesmo dia (domingo) e se prolongou até madrugada



Na segunda-feira Agostinho Lopes era um político destruído

de segunda-feira, aquele dirigente esbarrou numa corrente interna integrada por Mário Silva, Humberto Cardoso, Jorge Santos, Ulisses Silva, etc., que defenderam a tese oposta.

Isto é, que era preciso respeitar as instituições da República, pelo que o MpD devia fazer-se presente na cerimónia e batalhar para que os eleitos das Américas e África não fossem empossados, uma vez que faltava o STJ decidir sobre a matéria. No calor da discussão houve até quem defendesse que eles são “deputados da nação e não do partido”. Foi esta a tese, como é sabido, que acabou por prevalecer.

Fora isso, partindo do princípio que não contaria com os votos do PAICV para voltar a eleger-se segundo vice-presidente da AN, Agostinho Lopes tentou indicar Filomena Delgado para o lugar. Mas não conseguiu. Abordou Ulisses Silva para líder da bancada, mas este foi-lhe logo questionando em que condição lhe fazia tal proposta, dando assim a entender que ele, Ulisses, preferia caminhar por conta própria e que o Agostinho não estava em condições de propor nada a ninguém. Afinal, feita a contagem de espingardas, as alas de Jorge Santos e Ulisses Silva constituíam a maioria dos eleitos do MpD no grupo parlamentar.

Na verdade, de acordo com várias fontes, mal a reunião começou houve logo quem começasse por questionar a natureza do encontro, já que é competência do Grupo Parlamentar, e não da Comissão Política do partido, decidir sobre quem deve ou não liderá-lo. E de contestação em contestação AL teve tam-

bém de ouvir uma reprimenda de Humberto Cardoso, pela forma como ele, Agostinho, se pronunciara contra o acórdão do STJ. Cardoso considerou as declarações de sábado do presidente do MpD um desrespeito e uma afronta àquele órgão de soberania. Um ponto de vista, aliás, subscrito por Mário Silva, Rui Figueiredo, António Pascoal Santos, etc.

O certo é que, no fim, o ainda líder do MpD viu todas, ou quase todas, as suas propostas recusadas. Consequentemente, assistiu a dois dos seus adversários da anterior convenção - Jorge Santos e Ulisses Silva - a emergirem como as novas figuras de proa do partido. Santos no lugar de segundo vice-presidente da AN e Silva como líder da bancada parlamentar do MpD. Apenas José Luís Santos, do leque de nomes levados por Agostinho Lopes para secretário da mesa da AN, sobreviveu.

“Não por ser apoiante do Agostinho, mas porque é entendimento geral que ele merece o lugar pelo seu desempenho como deputado”, explicou uma fonte a este jornal. A mesma revela que um outro nome, o de Austelino Correia, foi posto sobre a mesa pelo grupo de Mário Silva e Jorge Santos, mas foi preterido a favor de José Luís Santos, pelas razões apontadas anteriormente.

Diante do acumular de derrotas, para um analista, a permanência de Agostinho Lopes à frente do MpD “já se faz tarde” enquanto um outro considera que o ocaso desse dirigente representa o início da derrota de uma certa forma de estar na política, em que nada nem ninguém é poupado. Aliás, por causa das hu-

milhões que teve de encaixar estes dias, há quem entenda que AL voltou a perder oportunidade, a segunda em menos de um mês, para demitir-se ou pôr o cargo de presidente do MpD à disposição dos seus pares.

A primeira oportunidade perdeu-a logo após as legislativas, quando, depois de reconhecer inicialmente a derrota, voltou atrás três dias mais tarde, partindo para o confronto e afrontamento das instituições do país. Que o diga o STJ que no sábado foi acusado de dar uma “machadada” na democracia cabo-verdiana, de fazer “frete” ao PAICV com um acórdão “politicamente conveniente” ou ainda de transmitir ao país a ideia de que “em Cabo Verde o crime compensa”. Outro “absurdo do tamanho do mundo”, segundo fontes do MpD, é a proposta de AL para que o Conselho Superior de Magistratura investigue por que razão o acórdão da impugnação das legislativas sofreu “flutuações”.

VEIGA E EURICO

Por outro lado, face ao acumular de evidências, há quem defenda também que Agostinho Lopes não é o único perdedor dessa forma de estar em política. Carlos Veiga é outro perdedor. Agora mais do nunca, ele é visto como estando por trás de Agostinho, ainda que haja elementos do seu círculo que afirmem o contrário. Para todos os efeitos, quer Agostinho quer Veiga utilizam os mesmos argumentos para contestar as eleições legislativas e presidenciais, e como se não bastassem as evidências, Veiga deu esta semana mais um sinal de como vão as suas relações com as instituições da República ao não comparecer à cerimónia de investidura dos deputados, deixando vago o lugar que lhe foi reservado.

Um outro que não compareceu à dita cerimónia, embora eleito deputado nas listas do MpD, é Eurico Monteiro. Este, apesar de não ter participado na reunião de domingo, é tido como uma das pessoas que mais batalhou pela não comparência ao acto, e, seguro disso, partiu para o Sal enquanto Veiga preferiu São Nicolau, alegadamente, por razões pessoais ou profissionais.

Quaisquer que sejam as suas intenções em relação ao futuro, Agostinho Lopes é visto pelos seus próprios pares como “rei morto” no xadrez ventoinha. Estima-se que dentro de um mês a Direcção Nacional será convocada para marcar a data da próxima convenção e nessa DN terá, finalmente, de pôr o cargo à disposição. “A não ser”, cogita um dirigente, “que o Agostinho queira seguir o mesmo destino de Gualberto”. E recorda:

“Quando Gualberto perdeu as eleições em 2001, também ele surgiu com a cantilena de que tinha sido vítima de uma grande trama do PAICV, e que por isso não tinha que se demitir. A páginas tantas, quando viu que ninguém tinha mais paciência para o aturar, ele acabou por renunciar”. Ou seja, conclui o mesmo dirigente, “num sistema político como o nosso, a estratégia de recusar a derrota eleitoral dentro do partido não funciona”.

Novo governo é empossado na quarta-feira

O novo governo de Cabo Verde será empossado na próxima quarta-feira, estando neste momento José Maria Neves em processo de mobilizar os “reforços” para o seu plantel. Como possíveis caras novas constam Cristina Duarte e Rosa Rocha. Porém, mais do que nomes em si, a mudança vai ser sobretudo a nível da estrutura orgânica do Governo. Aqui, entre as novidades estão os Ministério das Finanças e Administração Pública e também Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar.



NEVES insiste com João Serra

O novo governo vai continuar, no essencial, com os mesmos suportes humanos, conforme dados recolhidos por **A Semana** até ao fecho desta edição, podendo alguns dos actuais titulares verem as suas funções reforçadas ou então diminuídas. Na verdade, mais do que caras novas em si, José Maria Neves parece disposto a introduzir, sobretudo, alterações na estrutura orgânica do seu executivo, banindo algumas pastas do mapa. Mas também pensa juntar algumas pastas ou criar outras novas. Enfim, tudo depende dos recursos que conseguir mobilizar.

Assim, das novidades já identificadas surge o sector marítimo a juntar-se ao Ministério das Infra-estruturas e Transportes que passa a denominar-se Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar. A Administração Pública vai entrar para as Finanças criando o Ministério das Finanças e Administração Pública. Já o Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas fundir-se-á em dois ministérios, fazendo emergir em seu lugar um Ministério so para a Agricultura, o MA, e o Ministério do Planeamento, Ordenamento, Ambiente e Desenvolvimento Regional. Nessa esteira, o sector da educação poderá passar a denominar-se Ministério da Educação, Ensino Superior, Inovação e Ciência. Um ou outro secretário de Estado também deve surgir para ajudar as pastas existentes ou a criar. É o caso das Pescas, que tem um secretário de Estado à vista.

De fora do governo ficam Armando Maurício e Ilídio Cruz, res-

pectivamente, ministro da Defesa e Assuntos Parlamentares e ministro da Reforma do Estado e Administração Pública.

Outros nomes poderão entretanto manter-se onde estão, quando não transitarem de um sector para o outro em nome da eficácia governativa. É o caso de Madalena Neves, que deve deixar de responder pelo sector da Agricultura, passando esta pasta para outra pessoa, possivelmente Rosa Rocha, actual delegada do MAAP em Santo Antão. O tal Ministério do Planeamento, Ordenamento, Ambiente e Desenvolvimento Regional poderá ficar a cargo Madalena Neves, mantendo-se Ramiro Azevedo como secretário de Estado da Descentralização e Desenvolvimento Regional.

João Serra, tido até aqui como estando de malas feitas para a vida privada ou até alguma organização internacional, poderá manter-se no plantel de José Maria Neves, caso este conseguir demovê-lo da ideia de sair. Aliás, por causa de rumores ou sinais da sua de saída, não têm parado pressões de políticos, operadores e até do mundo diplomático no sentido de Serra reconsiderar a sua intenção de deixar o governo. Não só porque conseguiu recolocar o MFP no centro do sistema administrativo cabo-verdiano, como também foi em grande parte graças à sua gestão de firme rigor que Cabo Verde conseguiu os actuais desempenhos a nível, por exemplo, do programa MCA e da ajuda orçamental.

De qualquer modo, a confirmar-se a retirada do actual titular do

MFP, o “nazi”, o “mão-de-vaca” e outros mimos de que foi alvo neste lapso de tempo em que esteve no governo, deixa os cofres do Estado no seu melhor momento, ainda que à custa de relações frias ou mesmo cortadas com alguns dos seus próprios pares do executivo que gostariam de ter os cordões da bolsa mais soltos para a conquista da simpatia popular. Isto para não falar da campanha, quantas vezes, sórdida, que lhe foi movida por sectores da oposição por causa da sua conduta governamental.

A Semana sabe, entretanto, que Serra e Neves ficaram para ter uma última conversa na próxima segunda-feira, altura em que, então sim, ficará claro se sai ou fica no governo. Mas caso o “adeus” for inevitável, JMN deve virar-se para um naipe de economistas integrado por Cristina Duarte, Alexandre Fontes e Manuel Frederico. A possibilidade de José Brito ser chamado para as Finanças está descartada, tendo em conta o seu desempenho em Washington, onde assegura a articulação entre a Cidade da Praia, as autoridades do MCC e o sistema de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI).

Quanto aos demais ministros e secretários de Estado, é bem provável que tudo ou quase tudo continue na mesma. Ou seja, José Maria Neves mantém os dois ministros de Estado, Manuel Inocêncio Sousa e Basílio Ramos, que o vão continuar a ajudar na coordenação da frente política e institucional.

Mais, Manuel Inocêncio Sousa vai ver as suas responsabilidades

acrescidas com a entrada do Mar na sua pasta, enquanto Cristina Fontes manter-se-á como o elemento mais próximo de JMN, como ministra-adjunta do primeiro-ministro, tendo sob a sua alçada ou coordenação várias responsabilidades, uma das quais os sectores da Reforma do Estado, Comunicação Social e possivelmente até a Defesa. Note-se que também não está posta de lado a possibilidade do Ministério da Justiça passar para as mãos de um outro titular, tendo em conta a vastidão e a complexidade das pastas da “super” Cristina Fontes. E aqui o nome de Vera Duarte surge como das possibilidades.

Basílio Ramos, esse, mantém-se à frente do Ministério da Saúde; Victor Borges, dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; Filomena Martins, Educação, Ensino Superior, Ciência e Inovação; João Pereira Silva, Economia, Crescimento e Competitividade; Júlio Correia, Administração Interna; Sidónio Monteiro, Trabalho e Solidariedade; e Manuel Veiga, Cultura, podendo igualmente ver-se reforçado com a Comunicação Social, caso à esta pasta não ficar com Cristina Fontes.

Especulações à parte, José Maria Neves revelou esta semana à imprensa que dará a conhecer ao país o novo elenco governamental na terça-feira, um dia antes deste ser empossado pelo presidente Pedro Pires. É que o PR viaja no mesmo dia para Lisboa, onde vai assistir à investidura do seu homólogo Aníbal Cavaco Silva, de Portugal.

MpD já tem direcção parlamentar

O MpD já tem a sua direcção parlamentar constituída. Além de Ulisses Silva, que a preside, a bancada do MpD é dirigida ainda por Orlanda Ferreira, António Pascoal Santos, Clemente Garcia e Joana Rosa. Do grupo apenas Silva e Ferreira são veteranos da vida parlamentar. Dir-se-ia mesmo que a renovação nessa estrutura parlamentar é quase total, já que nem mesmo esses dois deputados faziam parte do anterior comando da bancada ventoinha.

A renovação parlamentar do MpD é vista como um sinal de que esse partido está a esforçar-se para romper com uma certa forma de fazer política em Cabo Verde, e de que nestes dias o seu ainda presidente, Agostinho Lopes, foi useiro e vezeiro.

Verdade ou não, este sinal de que o MpD quer romper com a sua prática de apenas aceitar a verdade quando esta lhe convém, o grupo parlamentar desse partido tem a sua primeira reunião agendada para esta sexta-feira. A reunião, segundo o seu presidente, destina-se a estabelecer o programa de actividades.

Enquanto isso, Ulisses Silva considera como "normal" o processo que ditou a escolha de Jorge Santos para segundo vice-presidente da AN, quando essa função era até aqui exercida por Agostinho Lopes. "Agostinho Lopes continua como deputado e é o presidente ainda do MpD", afirma.

Os deputados à Assembleia Nacional foram esta semana investidos nas suas funções, faltando agora dar posse ao presidente da República, para o parlamento arrancar em força com o seu novo mandato. Um mandato que o presidente reeleito da AN, Aristides Lima, espera vir reforçar a "centralidade" daquele órgão de soberania, daí apelar para a cooperação e confiança entre os sujeitos políticos.

O novo parlamento foi investido na passada segunda-feira, 27, mas só daqui a um mês, mais ou menos, é que entrará em pleno nas suas funções. Antes, no dia 22, a AN volta a reunir-se para investir o presidente da República eleito, Pedro Pires, nas suas funções. Isto partindo do princípio de que, nessa altura, a impugnação de Carlos Veiga às eleições de 12 de Fevereiro já estará resolvida.

Entretanto, até que tudo esteja nos trinques, quer a nova mesa quer os grupos, mais as respectivas direcções, irão preparar-se para esta nova fase da actividade parlamentar. A posse do novo governo está marcada para a próxima quarta-feira, 08, e 15 dias depois o primeiro-ministro e a sua equipa devem apresentar ao parlamento o seu programa de governo. Será nessa altura que acontecerá o primeiro grande duelo entre a situação e a oposição saídas das eleições de 22 de Janeiro.



Parlamento renovado

Da parte que lhe toca, e sabendo que tem menos solicitações políticas, o MpD já começou o processo de (re)colocação das suas pedras no xadrez político nacional. Depois de uma reunião conturbada no último fim-de-semana e da qual Agostinho Lopes saiu perdedor, Jorge Santos é agora o segundo vice-presidente da mesa da AN e Ulisses Correia e Silva o líder de bancada (ver pág. 2).

Presentes ao acto de investidura, os deputados do MpD ainda tentaram contrariar a posse dos deputados das Américas e África. Aliás, a demora do MpD em comunicar quem eram os seus elementos da Comissão de Verificação de Poderes na AN, e o facto desse mesmo partido não aceitar que os deputados das Américas e África tomassem posse, mais outras gaffes cometidas pelo staff parlamentar, acabaram por transformar a cerimónia de investidura num acto penoso e arrastado, como há muito não se via no Palácio da Achada

de Santo António. Mas no fim tudo se compôs. Os deputados foram investidos – menos, os de África –, o presidente e a mesa da AN eleitos, e ouviram-se os discursos de praxe.

Assim, o MpD promete ser uma oposição com "espírito de missão", enquanto a UCID fala em "espírito aberto" nesta sua primeira aparição no parlamento.

"Vamos exercer a nossa actividade de fiscalização do governo, apresentar propostas e iniciativas legislativas, promover debates e fazer uma intermediação muito forte com a sociedade", explica Ulisses Correia e Silva. "A UCID irá estar ao lado das melhores soluções para Cabo Verde", promete António Monteiro, pouco se importando se as boas propostas surgem do PAICV ou do MpD.

Por seu turno – e dada a forma como decorreu todo o processo eleitoral, com acusações que põem em causa esse mesmo processo eleitoral –, em nome do PAICV, José Ma-

ria Neves apontou como prioridades desta nova governação a revisão do Código Eleitoral e a realização de um novo recenseamento eleitoral geral, para conferir ao sistema a credibilidade que dele se espera.

Neves descartou, todavia, a possibilidade desse trabalho ser feito sob a supervisão da comunidade internacional, como defende o MpD, pois defende que Cabo Verde não vive nenhuma situação de ruptura institucional para ser tutelado pelas Nações Unidas. "Trinta anos depois da independência, temos de acreditar em Cabo Verde, temos de acreditar nas suas instituições", desafia o líder tambarina.

O dirigente do PAICV salienta ainda que o seu partido vai retomar as suas várias propostas destinadas a proteger o sistema eleitoral, as mesmas propostas e soluções que foram sempre recusadas pelo MpD, como sejam a introdução de tinta indelével, o recenseamento dos cidadãos mediante documento, etc.

ARISTIDES LIMA, presidente reeleito da AN



"Precisamos de confiança e boa-fé"

Aristides Lima foi reconduzido na segunda-feira, 27, ao cargo de presidente da Assembleia Nacional. Foi eleito com 53 votos a favor, sete contra, seis abstenções e dois votos em branco. Ao discursar no acto, Lima elegeu como palavras-chave deste novo mandato parlamentar a cooperação e a confiança.

Tido como talhado para a vida parlamentar, Aristides Lima, 51 anos, afirma-se optimista com o novo parlamento, quer pela experiência que a casa já acumula, quer ainda pelo nível académico da maioria dos deputados. Basta dizer que dos 70 deputados já investidos, a maioria tem formação superior, não faltando no lote alguns doutores e mestres. Do ponto de vista de formação académica, este é, ao que tudo indica, o melhor parlamento que Cabo Verde já teve, quando há 30 anos a maioria dos deputados não tinha sequer o curso geral dos liceu completo.

No seu discurso de posse o presidente reeleito da AN espera que os sujeitos políticos consigam eleger a cooperação e a confiança como palavras-chave deste novo mandato. Para Aristides Lima, apesar de tudo o que aconteceu neste último ciclo eleitoral, "os cabo-verdianos confiam nas suas instituições" e ele, pessoalmente, irá continuar a batalhar pela efectiva centralidade desse órgão no sistema cabo-verdiano. "É importante que todos os actores políticos tenham condutas sempre tendo em conta Cabo Verde em primeiro lugar, passando a ideia de confiança à população".

Em relação aos actores políticos – neste caso, grupos parlamentares e governo – Lima espera que haja entre eles, sobretudo, "boa-fé", além de uma agenda estruturada por forma a manterem "um diálogo intenso" que lhes permita tratar "das grandes ques-

tões nacionais num clima de respeito mútuo e de compreensão".

Além do presidente Aristides Lima, a mesa da AN é constituída ainda por dois vice-presidentes: Mário Matos (PAICV) e Jorge Santos (MpD); e os seguintes três secretários: Eduardo Monteiro, Vera Almeida (ambos do PAICV), e José Luís Santos (MpD).

Entretanto, num outro nível, a AN espera retomar a sua normalidade pouco a pouco. E para familiarizar os calouros com os segredos da casa, a presidência da AN conta realizar algumas acções de formação, a primeira das quais deverá ter lugar ainda neste mês de Março. Afinal, mais de 50 % da representação parlamentar foi renovada a 22 de Janeiro, o que por si atesta a necessidade deste tipo de iniciativa, sendo esta, aliás, uma prática iniciada na anterior legislatura e que Aristides Lima que pretende continuar agora.

Manuel Ribeiro vai a julgamento

Três meses depois de ter dado entrada no Tribunal da Comarca da Praia, o "processo sumário" de destituição de Manuel Ribeiro do cargo de presidente da Câmara Municipal do Maio, função que desempenha há 10 anos, conhece novos desenvolvimentos com o início do seu julgamento na próxima segunda-feira, 6. Manuel Ribeiro é acusado de venda e doação de terrenos particulares e ainda de corrupção e isenção indevida de impostos sobre os negócios da autarquia, com prejuízos avultados para o Estado de Cabo Verde.

O início do julgamento de Manuel Ribeiro que, como tudo indica, marca o arranque efectivo do seu processo de destituição, é o culminar de um longo *dossier* que começou em Abril de 2005, com a realização de uma inspecção à Câmara Municipal do Maio que detectou graves irregularidades na gestão deste autarca. A par das irregularidades, o relatório da Inspecção-Geral das Finanças apontou ainda um desfalque na ordem dos 117 mil contos, que levou o ministro das Finanças e Planeamento, João Serra, a accionar junto do Ministério Público o decreto regulamentar nº2/98, que fixa os procedimentos da perda de mandato de titulares dos órgãos municipais.

Mas com a entrada em cena do MP, que assumiu a acusação antes movida pelo MFP alargam-se os eventuais efeitos

da acusação que deixam de se resumir à perda do mandato do presidente, para estenderem-se à pessoa de Manuel Ribeiro. Mais, segundo fontes abordadas por **A Semana**, Ribeiro pode arrastar consigo a Câmara Municipal. Um cenário que não pode ser descurado até porque o autarca já tinha ameaçado que "se cair, caem todos", apesar dos restantes elementos do elenco terem já prestado declarações em que afirmaram desconhecer o processo.

Os tambarinas começam a equacionar todos os cenários, inclusive a possibilidade de se realizar eleições intercalares. Do lado do MpD, ainda se tenta "salvar a pátria" e, para o lugar de Ribeiro, propõe Teresa Fortes, número quatro da CMM. Esta aparece como último recurso, tendo em conta que o número dois, Maria Ondina Évora, se mos-

tra indisponível e o terceiro da lista, José Mário Barbosa, está implicado na venda e doação dos terrenos. Este, ao que conseguimos apurar, tem estado a tentar algumas manobras para descolar-se do seu antigo chefe, Manuel Ribeiro. Mas, conforme as nossas fontes na ilha, Ribeiro já lhe disse alto e bom som que "é tarde demais".

O recém-eleito deputado do PAICV para a ilha do Maio, Filinto Santos, diz-se atento, embora admita que Ribeiro possa ser substituído por qualquer integrante da lista. "A lei dá essa facilidade de qualquer uma das pessoas constantes da lista poder assumir a liderança da Câmara do Maio até às próximas eleições. No entanto, se a Câmara cair como um todo, estamos preparados para disputar as intercalares", assegura.

Mas mesmo que apenas Manuel Ribeiro seja responsabilizado, há quem duvide que a Câmara consiga manter-se de pé sem Ribeiro tendo em conta que o autarca centralizou todas as funções, nos dez anos que esteve à frente dos destinos do município. "Se o presidente sair, o cenário político maiense pode conhecer uma viragem de 360°. Ribeiro é o rosto daquela autarquia. Há muitas pessoas que estão à espera da sua saída para fazerem a festa. Outros vão chorar com certeza", remata uma fonte na ilha.

Abordado por **A Semana**, Manuel Ribeiro recusou tecer qualquer comentário sobre o julgamento, alegando não ter recebido, pelo menos por enquanto, nenhuma notificação a respeito.

Constância de Pina

Sexta-feira, 3 de Março de 2006

Actualidade



Cabo Verde Shipping Agency, Lda.

De porto em porto até si.

Portos	EASTSTAR Voy 22.603	REMO II Voy 22.604	EASTSTAR Voy 22.605	REMO II Voy 22.606	EASTSTAR Voy 22.607	REMO II Voy 22.608	EASTSTAR Voy 22.609	REMO II Voy 22.610
Rotterdam (a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Amsterdã (a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Le Havre (a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
Leixões	14 / 17 Jan	25 Jan	6 Fev	15 Fev	25 Fev	6 Mar	15 Mar	27 Mar
Lisboa	18 Jan	26 Jan	7 Fev	16 Fev	27 Fev	7 Mar	16 Mar	28 Mar
Las Palmas	21 Jan	29 Jan	10 Fev	19 Fev	2 Mar	10 Mar	19 Mar	31 Mar
S. Vicente	24 Jan	1 Fev	13 Fev	22 Fev	5 Mar	13 Mar	22 Mar	3 Abr
Praia	25 / 26 Jan	02 / 03 Fev	14 / 15 Fev	23 / 24 Fev	6 Mar	14 / 15 Mar	23 / 24 Mar	04 / 05 Abr
Bissau	28 / 29 Jan	05 / 06 Fev	16 / 17 Fev	25 / 27 Fev	08 / 09 Mar	17 / 18 Mar	26 / 27 Mar	07 / 08 Abr
Leixões	5 Fev	13 Fev	24 Fev	5 Mar	15 Mar	24 Mar	2 Abr	14 Abr

Obs.: (a)

Santiago - Praia
Rua Visconde S. Januário nº12
Caixa Postal 501 - Praia

João Nunes
Tel: +238 2 611179
Fax: +238 2 611198
E-Mail: csa.com@cvtelecom.cv

S. Vicente - Mindelo
Rua Angola - Prédio Miguel
Coronel R/C - Mindelo

Lucas Monteiro
Tel: +238 2 322750
Fax: +238 2 322751
E-Mail: csa.vxe@cvtelecom.cv

Agentes em Cabo Verde de:






Carnaval 2006



Praia: o Carnaval possível

A uma semana do Carnaval encontro-me com uma vendedora conhecida em Achada de Santo António pela sua animação na organização de actividades culturais. Estava diante da Câmara Municipal da Praia, para uma reunião sobre o Carnaval. O adiantado do tempo fez pensar que, com uma organização assim, sobre os joelhos, os praienses iriam, mais uma vez, ter um Carnaval muito longe das potencialidades de uma capital, e, mais do que isto, com uma falta de organização a bradar aos céus.

Entretanto, quem desceu à avenida Cidade de Lisboa para ver os blocos, e apenas um grupo, passaram, não terá ficado muito desiludido. Primeiro porque, mau grado umas cenas menos positivas que culturalmente marcam o Entrudo, tudo decorreu no maior civismo, a ponto dos dois blocos e do Grupo que entraram na avenida não terem tido problemas para desfilarem, ao contrário dos anos anteriores.

Assim, quem quis desfrutar as imagens que cada grupo tinha para mostrar, e também desfilarem a sua fantasia, não teve problema para encontrar o melhor ponto na avenida. Explicações para isto eram apresentadas com o facto de uma das faixas ter ficado disponível para aqueles foliões que aproveitam o Carnaval para saltarem, de mil maneiras, os seus demónios, e também pela ressaca de excesso de actividades de rua provocadas pelas campanhas eleitorais.

Talvez isto explique, também, o número de pessoas que desceu a avenida para festejar o Carnaval. Apesar de bastante significativa, a movimentação esteve longe da dos anos anteriores. O que nem por isto ofuscou o brilho possível do Carnaval da capital. Brilho conseguido, sobretudo, graças à persistência de um grupo, os Vindos D'África, e do Bloco Afro-Abel Djassi.

Se é verdade que em termos de temá-

tica o Abel-Djassi não trouxe grande novidade para a avenida, a sua organização, coreografia e batucada foram suficientes para arrastar consigo um número significativo de foliões. Facto que se repetiu com o Vindos D'África que, com um carro alegórico e cerca de 300 integrantes, colocou brilho na avenida.

Entretanto, o destaque desse Carnaval vai para um pequeno bloco, o Rola Bola. Com pouco investimento, mas com boa organização, uma batucada afinada e muita alegria, o grupo marcou em bom passo a sua estreia no Carnaval praiense.

Um Carnaval que, verdade seja dita, podia ser muito melhor, mesmo que organizado apenas com base em blocos, vindos cada um das dezenas de bairros que enformam a capital do país. Com tantos jovens, tantas ilhas representadas nesses bairros e tão ricas particularidades culturais de cada uma dessas ilhas, o Carnaval

da Praia só teria a ganhar se fizesse descer à Avenida a Calabaceira, Fazenda, Achadinha, Lém Ferreira, Vila Nova e Achada de Santo António, Varzea e Achada Grande com suas tabancas. Eugénio Lima com o seu batuque, etc, etc.

Teria a ganhar, também, se integrasse no grande desfile de terça-feira as crianças dos jardins infantis, numa espécie de 'abre-alas'. Isto porque os pequenos desfiles dos jardins mostraram capacidade de organização das escolinhas, criatividade na escolha dos temas e dos trajes e disponibilidade dos pais em participarem, nem que seja somente nesta época do ano.

Ah, a título de conclusão importa destacar que, passada a festa, na avenida ficou um sinal a mostrar que o grande convidado nesse Carnaval da Praia foi o civismo. Apesar dos temores, e de umas pisadelas aqui outras acolá, os canteiros centrais da avenida Cidade de Lisboa não ficaram muito prejudicados.



E Boa Vista brincou o Carnaval

A vila de Sal Rei, Boa Vista, conheceu na tarde e noite de terça-feira uma animação diferente quando dois grupos saíram às ruas para brincar o carnaval. Centenas de pessoas, entre nacionais e turistas, assistiram à festa do Rei-Momo que este ano se destacou de anos anteriores e deu bem nas vistas.

Carro alegórico, batucada e samba no pé. Assim começava a longa e animada tarde da terça-feira do Carnaval na turística Boa Vista. A dar o tom à festa, o estreado Estrelas da Boa Vista e o grupo de teatro do Rabil Casa Nova, ambos com temas parecidos: o desenvolvimento e a liberdade de Cabo Verde.

O Estrelas da Boa Vista foi o primeiro a dar o aviso de que afinal, este ano, a festa do Rei Momo não ia passar em brancas nuvens como aconteceu em anos anteriores. Assim, cerca de cem figurantes na sua maioria crianças e adolescentes, fantasiados de amarelo e branco, desfilaram pelas principais ruas da vila sempre acompanhados de centenas de curiosos boavistenses e turistas, sobretudo italianos.

E porque o tema do grupo, segundo a organização era "Paz e Desenvolvimento" o carro alegórico trazia uma pomba e uma torre de controlo a simbolizar a paz existente na ilha e o tao almejado desenvolvimento que o aeroporto internacional deveria trazer à Boa Vista.

O "Nova Casa", foi um outro grupo que animou a vila de Sal-Rei ao cair da tarde de terça-feira. Esta agremiação proveniente da localidade do Rabil, e formada na sua maioria por actores e artesãos, mostrou toda a sua originalidade ao trazer para a avenida um carro alegórico com um busto de Amílcar Cabral. Segundo um dos elementos da organização o carro simbolizava "a liberdade e a democracia existentes em Cabo Verde".

Assim, depois desta experiência "bem sucedida", ambos os grupos acreditam que no próximo ano Boa Vista terá o carnaval que merece, ou seja, com mais grupos, mais cor, mais alegria e mais festa.



Futurologia premeia

Por: CONSTANÇA DE PINA

"Olhos Rádiosos do Monte Cara"

O grupo carnavalesco "Olhos Rádiosos do Monte Cara" foi o grande vencedor do Carnaval 2006, em premiação concedida pela Câmara Municipal de São Vicente. A escola, que desfila pela segunda vez no Carnaval mindelense, leva para casa o primeiro prémio, no valor de 550 mil escudos, e ainda os prémios de Rainha do Carnaval e Melhor Porta-bandeira.

O segundo classificado é o grupo Flores do Mindelo, seguido por Estrelas-do-Mar e Jovens do Monte Sossego. Estes recebem 400 e 300 contos de prémio, excepto o quarto e último classificado, que não tem direito a prémio em dinheiro. Como compensação, os Jovens do Monte Sossego, que homenagearam o jogador Jack, do Mindelense e da selecção de Cabo Verde, tiveram o Melhor Carro Alegórico do Carnaval 2006.

A realeza destas festas do rei-momo é composta por Elvis Reis do Flores do Mindelo, e Iara Gomes, de Olhos Rádiosos do Monte Cara, grupo este que também ficou com o Melhor Porta-bandeira, Albertina Ferreira. A primeira-dama do Carnaval 2006 é Elisângela Brito, de Flores do Mindelo, e a segunda-dama Gisela Costa, de Estrelas do

Mar. A Melhor Música, distinção patrocinada pelo Centro Cultural Português/Instituto Camões, foi atribuída a Valdemiro Ferreira (Vlu) com o tema Futebol, cantado pelo grupo Jovens de Monte Sossego.

Antes de cair o pano sobre o Carnaval 2006, o vereador de Cultura da Câmara de São Vicente, José António Lopes, felicitou os sanvicentinos por mais "um bom Carnaval", não obstante ser um ano de eleições e o tempo excessivamente curto para preparar a festa. "O Carnaval é uma das grandes manifestações culturais deste país e tem como centro deste movimento a ilha de São Vicente. Tivemos o povo desta ilha na rua desde sexta-feira, com folia e civismo. São Vicente está de parabéns", frisou.

Lopes garantiu ainda que a Câmara está a apostar forte no Carnaval de São Vicente, com o contributo dos activistas e dos patrocinadores. É que, como fez questão de realçar o vereador, não falta vontade nem criatividade aos sanvicentinos. "A questão financeira continua a ser um obstáculo, que esperamos seja transponível. Aproveito, por isso, para apelar a todos, activistas, patrocinadores e governo, para juntarem esforços e

fazerem com que o Carnaval seja cada vez mais uma festa que ajude a promover S. Vicente e Cabo Verde".

Em São Nicolau, três grupos, CopaCabana, Estrela Azul e Brilho do Caleijão, levaram para o terreiro da Ribeira Brava toda a fantasia do Carnaval que se vive na ilha de Chiquinho. Os artistas trabalharam a história dos seus antepassados e modelaram fantasias que retratam o mundo que nos rodeia, com desfiles coloridos e cheios de energia. Durante três dias, sábado, domingo e terça-feira, São Nicolau dançou o Carnaval.

Também na ilha de Santo Antão, mais concretamente nos concelhos do Paul e Porto Novo, o Carnaval desfilou na avenida. Enquanto que no Paul a animação esteve por conta do grupo de moradores de Cabo da Ribeira com "Vindos do Vale" e "Flores do Paul", no Porto Novo foi o Estrelas do Mar que, como já vem sendo hábito, garantiu o movimento e a animação na mais nova cidade do país. Valeu a intenção, além dos esforços, desses dois grupos que não deixaram Santo Antão de fora do mapa do Carnaval em Cabo Verde.

Incêndio e agressões mancham a festa

A Judiciária está a investigar a origem do fogo que consumiu, quase que por completo, a discoteca A Cave, na noite do Carnaval, em S. Vicente. A PJ, tal como outras pessoas, não descarta a hipótese do incêndio ter mão criminosa por detrás.

Esta autoridade policial nega avançar pormenores sobre a investigação mas dois aspectos poderão auxiliar a tese de fogo posto: um vasilhame com gasolina encontrado nas proximidades da discoteca e o facto do disjuntor do quadro geral ter continuado ligado. Sinal que poderá colocar de lado a possibilidade de ter havido um curto-circuito na discoteca.

Curiosamente, a discoteca esteve fechada na noite do Carnaval e o incêndio, segundo avança o proprietário desse espaço, foi detectado por volta das cinco horas da madrugada. O jurista Silvestre Évora, dono da discoteca, foi acordado por um estrondo e momentos depois reparou que a discoteca estava envolta num manto de fumo. O incêndio, que consumiu praticamente todo o interior do espaço, foi extinto em uma hora, pelos bombeiros municipais.

Fora este caso, o Carnaval do Mindelo foi assombrado pela notícia do assassinato de um indivíduo, atingido por uma facada, na zona de Bela Vista. O suposto homicida foi, entretanto, capturado pela Judiciária e, segundo informações recolhidas por este jornal, terá confessado a autoria do crime.

Um outro incidente ocorrido na Praça Nova manchou o Carnaval. Um jovem de 20 anos foi ferido com gravidade quando reagiu a uma provocação à forma como estava fantasiado. A vítima teve de ser submetida a uma intervenção cirúrgica de urgência.

Sexta-feira, 3 de Março de 2006

Geral

- Animação espontânea fraca (Poucos grupos de animação entraram na passarela do Samba, onde a falta de criatividade foi notória)
- Imprensa Câmara Municipal (Jornalistas recusaram vestir a camisa de "Imprensa da Câmara" que era vendida pela edilidade, em sinal de protesto já que qualquer portador de uma máquina de filmar ou fotografar era colocado ao mesmo nível desses profissionais da Comunicação Social)
- Autoridades fora do palanque (várias autoridades, inclusive deputados nacionais, o cônsul da Noruega, o Comandante da Guarda Fiscal que ficaram no meio do público, enquanto no palanque estavam os "clientes" e amigos da Câmara de Zau)

- Em Bom Português, um grupo faz um vigoroso apelo aos políticos: "Deixem-nos fazer o Carnaval"
- Morte à Sida
- Instigação à leitura de jornais

JOÃO DE DEUS analisa a crise por que passa o PCD e defende

O Partido da Convergência Democrática entra de novo em crise. João de Deus Carvalho Silva, o homem que substituiu Eurico Monteiro na liderança do partido depois das últimas eleições autárquicas, rompe o tabu e abre, com a entrevista que se segue, o debate sobre o futuro do PCD. Silva defende a convocação urgente de um congresso nacional para exigir responsabilidades à comissão que negociou o acordo eleitoral com o Movimento para a Democracia durante as eleições legislativas e presidenciais de Janeiro e Fevereiro deste ano, respectivamente. João de Deus salienta que negou integrar a dita comissão por discordar “*frontalmente*” da sua estratégia, que lesava os interesses da organização laranja.

— | POR: ALÍRIO DIAS DE PINA | —

CONGRESSO

- **Concluído que está o processo eleitoral, como é que avalia a participação do PCD nas recentes eleições legislativas e presidenciais realizadas em Cabo Verde?**

- Falar propriamente da participação do PCD como partido nas duas últimas eleições é algo muito forçado. Não vi qualquer sigla do PCD em nenhum lado e muito menos nos boletins de voto. Da mesma forma que não foi registada no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), enquanto Tribunal Constitucional, nenhuma coligação de que o PCD fizesse parte. Aliás, o apelo desesperado dirigido às bases do PCD para votar numa determinada direcção, tanto nas legislativas como nas presidenciais, é revelador do que se passou.

- **Que consequências políticas o PCD poderá retirar da forma como participou em tais eleições?**

- Como é do conhecimento público, o Partido da Convergência Democrática criou, a nível do seu Conselho Nacional, uma comissão "ad hoc", composta por sete membros (Eurico Monteiro, Jorge Carlos Fonseca, António Maurício Santos, José Aureliano Ramos, Filomena Tavares, António Pires e Lino Púlio Pinto Monteiro), que devia fazer a gestão do processo político até às presidenciais. Para o efeito, podia inclusivamente negociar um acordo político com outras formações políticas e, em particular, com o Movimento para a Democracia. É a essa comissão que se vai exigir responsabilidades pelos bons ou maus resultados das eleições passadas.

- **Será que o processo negocial do acordo firmado com o MpD foi mal conduzido?**

- Esta pergunta deve ser dirigida à comissão "ad hoc" acima referida.

- **Com o abandono da liderança por parte de Eurico Monteiro, depois das últimas eleições autárquicas, João de Deus assumiu a presidência interina do PCD para o dinamizar. Porquê ficou ausente da comissão criada para negociar o acordo firmado com o MpD e não tomou nenhuma posição pública sobre o assunto?**

- Não integrei, por vontade própria, a dita comissão, porque discordava frontalmente da estratégia seguida,

que, a meu ver, lesava claramente os interesses do Partido da Convergência Democrática. Sempre defendi, publicamente, que a única via que conduziria à afirmação do PCD na cena política nacional passava por trilhar um caminho autónomo e independente de qualquer outro partido político. Devia ser essa a nossa postura, era a nossa forma de contribuir para lutar contra a bipolarização.



- O próximo Congresso Nacional do PCD deve realizar-se no mais curto espaço de tempo, que seja compatível com a mobilização da maior parte dos seus militantes e dirigentes.

Não tomei qualquer posição pública sobre o assunto porque não achei necessária tal atitude.

ACORDO E RESULTADOS ELEITORAIS

- **Significa isso que o grupo que negociou o mencionado acordo com o MpD traiu, de certa forma, o partido?**

- Esta é uma matéria sobre a qual o próximo Conselho Nacional terá que debater e tomar uma posição esclarecedora.

- **Mas os dirigentes que integraram a referida comissão negocial continuam?**

- Esta é uma outra questão a que

os integrantes da comissão "ad hoc" têm que responder e sobre a qual a direcção do Partido da Convergência Democrática deve reflectir e decidir.

- **O facto do PCD ter ficado fora do Parlamento não afectará financeiramente a sua sobrevivência e continuidade enquanto organização política?**

- Só os negociadores do acordo com o MpD podem responder a esta pergunta. Eu não conheço os termos do acordo, e muito menos as suas implicações financeiras para o futuro do Partido da Convergência Democrática.

- **Como gerir os dirigentes que foram eleitos deputados nas listas do MpD?**

- A esta pergunta só o Conselho Nacional do Partido da Convergência Democrática poderá responder, a seu tempo.

- **Qual das duas partes - MpD ou PCD -, beneficiou mais com o referido acordo eleitoral?**

- Para ser sincero, acho que esse pretendo acordo não beneficiou nenhuma das partes. Isto, tendo em conta os objectivos publicamente assumidos durante a comunicação que os signatários fizeram ao país.

- **O que nos pode avançar sobre a informação, segundo a qual há um grupo de "recuperadores" do PCD a trabalhar para revitalizar o partido?**

- Tudo dependerá daquilo que forem o próximo Conselho Nacional e o próximo Congresso Nacional do Partido da Convergência Democrática.

- **Defende para quando a realização do Congresso Nacional para debater o futuro do PCD?**

- O próximo Congresso Nacional do PCD deve realizar-se no mais curto espaço de tempo, que seja compatível com a mobilização da maior parte dos seus militantes e dirigentes.

- **Como interpreta os resultados eleitorais de Janeiro e Fevereiro deste ano, que dão vitória ao PAICV e Pedro Pires, respectivamente?**

- Interpreto-os como a decisão soberana do povo de Cabo Verde, expressa nas urnas.

- **E a problemática da alegada fraude denunciada pelo presidente do MpD?**

- Cabe ao Movimento para a Democracia provar o que denunciou.

PCD PREPARA CONSELHO NACIONAL

A Comissão Política do Partido da Convergência Democrática vai reunir-se sábado na Praia. De acordo com informações fornecidas pela sede desse partido, o objectivo principal da reunião é fixar a ordem do dia do Conselho Nacional que deve ser convocado, em princípio, para 20 de Março.

A fixação da ordem do dia do Conselho Nacional do PCD é o único ponto na agenda da próxima reunião da Comissão Política desse partido que se reúne sábado, 4, na Praia.

Integrado por 60 membros, o órgão máximo do PCD entre dois congressos deve ser convocado para o próximo dia 20, tendo, segundo uma fonte, um único ponto na agenda: análise das legislativas de 22 de Janeiro.

Recorde-se que o PCD participou nessas eleições, através da integração de membros seus nas listas do MpD com o estatuto de independentes. É o caso, por exemplo, de Eurico Monteiro, fundador e ex-presidente do PCD, que ocupou o segundo lugar na lista para Praia logo a seguir ao líder do MpD, Agostinho Lopes.

A próxima reunião do CN do PCD, no entendimento de um dirigente que prefere ficar, por enquanto, no anonimato, "vai ser o momento tão esperado para o ajuste de contas entre a ala que se manifestou contra o acordo com o MpD e a que o conseguiu levar por diante".

O mesmo dirigente defende que o futuro próximo do PCD passa pela sua "refundação", o que deve acontecer num congresso a ser organizado ainda este ano. Até lá, o próximo CN deve eleger um novo Presidente que, segundo um dirigente confidenciado ao asemanaonline, deve sair do grupo que se posicionou contra o acordo com o MpD, que "foi um verdadeiro desastre para o PCD", segundo ele.

Sexta-feira, 3 de Março de 2006

Correio das ilhas

URGENTE

Nuias escapa de agressão de apoiantes de Veiga

Correio das ilhas

Sexta-feira, 3 de Março de 2006



O director-geral da Administração Eleitoral, Nuias Silva, escapou na passada terça-feira de ser agredido por um grupo de cidadãos que se supõe serem afectos ao MpD e a Carlos Veiga. O caso aconteceu no Bairro Craveiro Lopes, onde Silva e uma funcionária se deslocaram para encontrar-se com o cônsul de Cabo Verde em São Tomé e Príncipe e com ele tratar da repetição de eleições nesse país. E, no regresso, alguns desconhecidos tentaram barrar-lhe o caminho.

Não tendo conseguido abrir a porta da viatura, por se encontrar preventivamente trancada, o grupo começou a bater de forma violenta na viatura exigindo, aos gritos, que Nuias Silva e a sua acompanhante (a funcionária Arlinda Chantre) descessem do carro. "Mal me apercebi da situação e aproveitando uma brecha, arranquei a toda velocidade do local, depois chamei a polícia que ainda conseguiu interceptar um desses elementos, que depois identificou os seus companheiros".

Nuias Silva recorda que alguns dos referidos indivíduos traziam pulseiras azuis e vermelhas, outros vestiam camisolas azuis, o mesmo tipo de material utilizado pela tropa de Carlos Veiga no dia das eleições presidenciais. Por isso, se depender dele, Nuias, o caso não fica por aqui.

Isto porque, para aquele director-geral, os autores morais desta tentativa de agressão, ou mesmo de linchamento, são os políticos que andaram durante o período de campanha e pós-campanha a apontá-lo como estando envolvido em processos de fraude eleitoral. E entre as entidades que conta processar estão o líder do MpD, Agostinho Lopes, o secretário-executivo do PCD, António Maurício Santos, e o candidato presidencial Carlos Veiga.

"Eles é que andaram a proferir afirmações irresponsáveis e caluniosas que, ao fim e ao cabo, comprometem o trabalho da DGAE e a mim pessoalmente. Eles, como

políticos que são, sabem que a DGAE apenas faz a administração global e presta apoio logístico ao processo eleitoral. A DGAE não põe nem tira ninguém dos cadernos eleitorais sem a devida autorização da CNE. No entanto, canalizam todas as suas reclamações e raiva para a DGAE e para mim pessoalmente, com referências a 'outras formas de luta' que qualquer um, com menos discernimento, pode interpretar como quiser".

CÔNSUL EM SÃO TOMÉ SEGUIDO

Mas, ao que parece, não foi apenas Nuias Silva que esteve estes dias na mira dos "apoiantes" de Carlos Veiga e do MpD. O cônsul de Cabo Verde em São Tomé e Príncipe, Emanuel Duarte, que teve de vir à Praia para se inteirar do processo de repetição das eleições naquele país do Equador, nomeadamente os cuidados a ter para corrigir as situações apontadas pelo acórdão do STJ, foi seguido quase o tempo todo por estranhos, um dos quais fotógrafo, segundo conta o director-geral da Administração Eleitoral. "O cônsul já regressou a São Tomé e levou com ele todo o material necessário para a repetição das eleições", refere Nuias Silva.

Note-se que, por decisão do STJ, divulgada na passada segunda-feira, as eleições legislativas em São Tomé e Príncipe vão ter que ser repetidas em 21 mesas, que funcionarão antes ou depois da hora legalmente estabelecida pela lei. Essa repetição deverá acontecer na próxima terça-feira, 07. Agora é ver se se mantém, ou se a actual distribuição de mandatos no Círculo África, onde o PAICV obteve os dois assentos e o MpD nenhum.

Carrizal sem energia eléctrica

Carrizal, zona recôndita da ilha de São Nicolau, está sem energia eléctrica. É verdade que esta aldeia piscatória ainda não foi contemplada com energia da rede ou com um gerador mas, de acordo com o presidente da Associação para o Desenvolvimento de Carrizal (ADECAR), desde Dezembro a população vinha beneficiando de energia, fornecida pelo gerador da fábrica de conserva de pescado.

De acordo com Ilídio Domingos Almeida, presidente da ADECAR, a fábrica de conserva está desactivada há mais de seis anos e, durante esse tempo, o gerador que fornecia energia à unidade esteve desactivado e sujeito às intempéries. Por se tratar de um donativo da Unicef ao Ministério da Saúde, mais concretamente à Delegacia de Saúde da Ilha, os moradores de Carrizal decidiram, por unanimidade, aproveitar o equipamento. "Esse gerador veio parar ao Carrizal não se sabe como. Como é um donativo da Unicef, entendemos que seria mais útil servindo a população da localidade. Entretanto, os sócios da fábrica disseram-nos que o gerador é privado e pediram-nos para o desligar".

Segundo Ilídio Domingos Almeida, os alegados proprietários do gerador dizem que adquiriram o equipamento por 500 contos, e que estão dispostos a negociar o seu trespasse com a associação pelo mesmo valor. Mas se a negociação não avançar prometem acionar a justiça, para serem ressarcidos pela utilização indevida do mesmo. "Pedimos que nos mostrassem as facturas que comprovam a compra, já que estamos quase certos de que se trata de um donativo ao Ministério da Saúde, e recusaram. E como os moradores do Carrizal não estão a fazer muita fé nesta venda, queremos provas de que compraram o gerador".

Das 30 residências existentes na localidade do Carrizal, 25 já estavam ligadas à rede, uma oferta da França, no âmbito da geminação com uma associação local. A mesma que já construiu um pequeno embarcadouro na zona do Carrizal para facilitar a atracação dos barcos de pesca e pretende ainda erigir uma casa de banho pública nessa localidade.

E para continuar a usufruir do serviço de energia eléctrica, afirma Ilídio Domingos Almeida, os contem-

plados aceitaram pagar uma taxa fixa de mil e 500 escudos mensal, dinheiro que serviria para comprar o combustível e fazer a manutenção do gerador. "Neste momento, depois de dois meses de funcionamento seguido, já estávamos a equacionar substituir a bateria e outras peças que poderiam estar desgastadas", exemplifica o entrevistado do A Semana, realçando que o fornecimento era diário, das 18h30 às 23h30.

Um dos sócios da unidade conserveira, Manuel Coelho, o Lela, garantiu à nossa reportagem que o gerador pertence aos sócios da fábrica. Estes, de acordo com o nosso entrevistado, adquiriram o equipamento ao MS por 500 contos, mas estão dispostos a vendê-lo aos moradores de Carrizal. "Os moradores desta localidade utilizaram o gerador sem a nossa autorização, por isso fomos lá e suspendemos o fornecimento. Estamos dispostos a vender o gerador por um preço a acordar", sintetiza Manuel Coelho, que se mostra agastado com a postura dos moradores de Carrizal.

Constância de Pina



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
27-02-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
30-01-2006	Taxa Base Anual 2)	2.84
Títulos da Dívida Pública		
30-01-2006	Bilhetes de Tesouro - 92 dias	2.31
24-02-2006	Obrigações de Tesouro - 2 anos	4.94

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 28-02-2006

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	81.066	81.207
SUICA	CHF	100	7,045.156	7,057.932
DINAMARCA	DKK	100	1,476.778	1,479.467
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	161.753	162.056
JAPAO	JPY	100	79.972	80.099
NORUEGA	NOK	100	1,372.417	1,375.107
SUECIA	SEK	100	1,166.138	1,168.995
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	92.934	93.136
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	15.010	15.212

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes. O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.